

MPSC proíbe concessionária de cobrar taxa por construção

Moradores só devem pagar após a unidade estar em funcionamento

A concessionária de saneamento de São Francisco do Sul (SC) está proibida de cobrar tarifa de esgoto sanitário relacionada à estação de tratamento que está em construção na Praia do Itaguaçu. A suspensão foi determinada por decisão liminar obtida pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), após ação civil pública que questiona a cobrança feita a moradores da região.

O caso

A medida atende a pedido apresentado pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca, que atua na área do consumidor.

A investigação do MPSC apontou que a população vinha sendo obrigada a pagar a taxa mesmo sem ter acesso ao sistema de coleta e tratamento.

Segundo o processo, a estrutura ainda não está em funcionamento e o atendimento aos imóveis continua sendo realizado por caminhões limpa-fossas.

A ação foi protocolada na Justiça no fim do ano passado.

De acordo com o Ministério Público, a cobrança teria começado antes da conclusão da obra e da disponibilidade do serviço.

A decisão

Para a Promotoria, exigir pagamento nessa situação configura irregularidade, já que não há contraprestação efetiva aos usuários.

No documento que embasou o pedido judicial, o órgão



Divulgação/MPSC

Empresa estaria cobrando taxa da população mesmo sem estação de esgoto estar pronta

destacou que não é possível cobrar tarifa de esgoto de residências que não possuem ligação ao sistema.

O entendimento apresentado na ação afirma que a taxa só pode ser aplicada quando o serviço estiver disponível e em operação regular. Além da discussão sobre a cobrança, o caso também envolve questionamentos sobre a implantação da estação de tratamento.

O Ministério Público sustenta que a estrutura estaria sendo construída sem licença de operação e com licença ambiental de instalação considerada irregular.

A investigação

A situação está sendo acompanhada pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca, responsável pela área ambiental.

O setor chegou a emitir recomendação para a paralisação das obras, mas a orientação não foi atendida pela empresa responsável pelo empreendimento.

Diante disso, o MPSC decidiu continuar com o andamento dos procedimentos de investigação. As apurações indicam que a obra estaria sendo implantada em área pública de uso comum.

De acordo com os levantamentos iniciais, a intervenção da companhia teria avançado sobre vegetação de restin-

ga e também sobre terreno de marinha.

Os registros apontam ainda que não teriam sido apresentadas autorizações da Secretaria de Patrimônio da União nem da administração municipal para a utilização do espaço.

A legislação ambiental prevê regras específicas para intervenções em locais com esse tipo de característica.

Com a decisão liminar, a concessionária deverá interromper imediatamente a cobrança da tarifa ligada ao sistema em construção na Praia do Itaguaçu.

O processo segue em tramitação e ainda terá análise definitiva da Justiça sobre o mérito da ação apresentada pelo MPSC.

RS: fila de oftalmologia cai 61% na saúde pública

A fila de pacientes que aguardam a primeira consulta em oftalmologia geral adulta no Rio Grande do Sul caiu 61% nos últimos seis meses. Segundo o governo estadual, o número de pessoas à espera passou de 112,4 mil em setembro, quando o SUS Gaúcho foi lançado, para 43,8 mil em março de 2026.

Em relação a abril de 2025, quando havia mais de 133,8 mil registros na lista, a redução chegou a 67%.

Para o governo, os dados refletem a ampliação da capacidade de atendimento em especialidades do Sistema Único de Saúde (SUS).

A iniciativa tem como meta reduzir em até 70% as maiores filas por consultas especializadas eletivas.

Para isso, a estratégia inclui ampliação de ambulatórios, reorganização do sistema de regulação e acompanhamento permanente das listas de espera.

O modelo busca distribuir melhor os atendimentos entre hospitais e serviços de saúde em diferentes regiões. Resultados também foram registrados em outras áreas.

Na ortopedia de joelho, considerada a segunda maior fila, o total de pessoas aguardando avaliação médica caiu de 19,7 mil em setembro para 8,9 mil em março, queda de 54%. Em comparação com abril de 2025, quando havia 20,8 mil registros, a redução chegou a 57%.

Em otorrinolaringologia adulta e subespecialidades, o número de pacientes aguardando atendimento diminuiu de 22,9 mil para 18,2 mil, queda de cerca de 20%.

O aumento da oferta de consultas e procedimentos ocorreu em hospitais do interior. Em Parobé, o Hospital São Francisco de Assis realizou 4,3 mil consultas e 1,3 mil cirurgias de joelho desde o início do programa. A unidade prevê disponibilizar 6,1 mil consultas pelo SUS.

Em Marau, o Hospital Cristo Redentor ampliou atendimentos em ortopedia. O grupo especializado da instituição realizou 300 cirurgias e mais de mil consultas após mutirões.

Foi observado ainda a redução do absenteísmo, quando pacientes não comparecem a consultas ou exames. Em outubro, cerca de 40% dos atendimentos marcados não eram realizados.

PR aumentou em 100% as exportações para países da Ásia e Europa em 2026

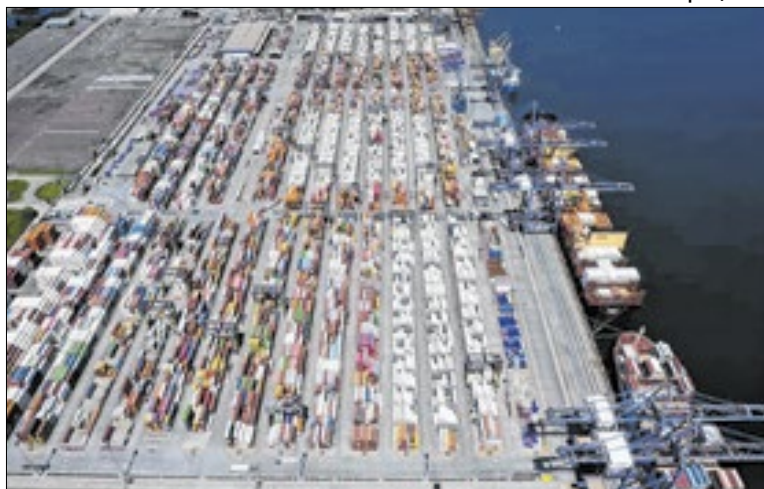
As vendas externas do Paraná para Japão, Singapura, Filipinas, Noruega, Polônia e Dinamarca cresceram no início de 2026.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), organizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparde), mostram que as negociações com esses destinos aumentaram mais de 100% no 1º bimestre em relação ao mesmo período de 2025.

Entre os países asiáticos, o envio ao Japão avançou 107%, impulsionado pela carne de frango.

Em Singapura, o crescimento foi de 103%, com destaque para o petróleo. Já as remessas para Filipinas subiram 124%, sustentadas pela carne suína.

Na Europa, também houve



Jonathan Campos/AEN

Seis mercados ganham peso nas vendas do estado

expansão. O faturamento com a Noruega aumentou 176% no período analisado. Para a Polônia, a alta chegou a 282%. Já a Dinamarca registrou avanço de 130%.

Entre os itens mais enviados para esses destinos estão tornei-

ras, válvulas e farelos de soja.

Com o crescimento das operações, os seis mercados passaram a representar 10,1% das vendas internacionais no começo do ano. No mesmo intervalo de 2025, a participação era de 4,1%.

No total, o Paraná acumulou US\$ 3,1 bilhões em exportações em 2026. Apenas em fevereiro foram US\$ 1,7 bilhão. Entre os principais produtos embarcados estão carne de frango, com US\$ 698 milhões, soja em grão, com US\$ 425 milhões, farelo de soja, com US\$ 191 milhões, e papel, que alcançou US\$ 137 milhões.

O óleo de soja bruto apresentou aumento de 98%, passando de US\$ 55 milhões para US\$ 110 milhões. Os principais destinos no bimestre foram China, Argentina, Índia, Emirados Árabes Unidos e México. As vendas para a Índia cresceram 95%.

A balança comercial estadual registra saldo de US\$ 434 milhões, diferença entre US\$ 3,1 bilhões em exportações e US\$ 2,7 bilhões em importações.